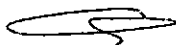


PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

ÁGUA E ESGOTO

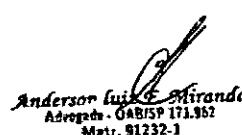
Município: IACRI



Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal



Aníbal Storck
Superintendente da Unidade de
Negócios Baixo Paranaapanema
Matr. 27.776-6



Anderson Luiz E. Miranda
Adrogada - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

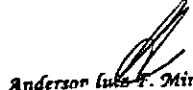
ÍNDICE

1. Diagnóstico do Município
 - 1.1 Dados Gerais (Origem, Área, Vocação Econômica, população total, urbana e rural do censo 2000)
 - 1.2 Localização (Região Administrativa, Região de Governo, Bacia Hidrográfica, acessos)
 - 1.3 Indicadores de Saúde (mortalidade infantil, doenças de veiculação hídrica, Fundação Seade)
 - 1.4 Qualidade da Água Distribuída para a População
 - 1.5 Projeção Demográfica
2. Objetivos e Metas para Universalização dos Serviços
 - 2.1 Abastecimento de Água
 - 2.2 Sistema de Esgotos Sanitários
3. Programa Projetos e Ações Propostas
 - 3.1 Abastecimento de Água
 - 3.2 Sistema de Esgotos Sanitários
 - 3.3 Detalhamento dos Investimentos
4. Investimentos
5. Fontes de Financiamento
6. Conclusão
7. Anexos
 - 7.1 Plano de Contingência.
 - 7.2 Mecanismos de Avaliação do Plano
 - 7.3 Croqui do sistema de abastecimento de água
 - 7.4 Croqui do sistema de esgotamento sanitario


Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

1


Maurício Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Bairro Paranaíba
Matr. 27.776-6


Anderson Luis F. Miranda
Advogado - OAB/SP 111.961
Matr. 91232-1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente Plano Municipal de Saneamento - PMS abrange os serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários. Foi elaborado com base em estudos e informações fornecidos pela SABESP. É oferecido para discussão e aprovação pelo Município, conforme previsto na Lei Federal nº 11.445/07 artigo 19, que estabelece as diretrizes a serem seguidas no planejamento.

Os principais estudos utilizados para a elaboração do PMS foram:

- a) Planejamento de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotos Sanitários, ano de 2002, elaborado pelo Consórcio ETG (constituído pela EARTH TECH BRASIL e a GERENTEC ENGENHARIA), atualizados em função de melhorias operacionais e do acompanhamento das demandas reais;
- b) Estudo de Viabilidade Econômico Financeiro, 2007, elaborado pela SABESP, para fornecer subsídios à negociação com o município de uma nova relação contratual, o Contrato Programa;
- c) Plano de Contingência elaborado exclusivamente para o PMS, considerando a continuidade da SABESP no município.

Para a elaboração do PMS foram utilizadas outras fontes de informações e de dados conforme relacionados a seguir:

- Dados municipais: Fundação SEADE;
- Dados de População
- Domicílios e Renda do Chefe da Família, censo 2000: Fundação IBGE;
- Qualidade da água fornecida para a população: dados da SABESP relativa à Portaria 518 do Ministério da Saúde;
- Projeção de População e Domicílios: estudo da Fundação SEADE;
- Indicadores de Saúde: banco de dados da Fundação SEADE;


Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

2


Luiz Storch
Superintendente da Unidade de
Negócios Baixo Paranapanema
Matr. 27.775-6


Anderson Luiz F. Miranda
Advogado OAB/SP 171.952
Matr. 91232-1

O PMS será utilizado pelo município para:

- a) Acompanhar o Contrato de Programa a ser firmado com a SABESP;
- b) Integrar o Plano de Bacias;
- c) Elaborar Leis, Decretos, Portarias e Normas relativas aos serviços de água e esgotos.

O PMS deverá ser atualizado a cada 4 anos, ou, quando houver alteração do Plano Diretor Municipal, na implantação de novos sistemas produtores de água ou na implantação de novas estações de tratamento dos esgotos.

1. Diagnóstico do Município

1.1. Dados Gerais

1.1.1. Origem

O antigo povoado de Juliânia foi criado em 1933 - no dia de São Luiz Gonzaga, padroeiro da cidade - por Sylvio de Giulli, italiano de Rovigo. Procedente da cidade de Olímpia, adquiriu 1.500 alqueires de terra no espigão divisor de águas entre os rios Aguapeí e do Peixe.

O povoado desenvolveu-se a partir da chegada dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro à região, em 1935, que garantiu o transporte dos produtos agrícolas como o arroz, o milho, o algodão e principalmente o café, acelerando seu crescimento.

Em 12 de janeiro de 1937, tornou-se sede de distrito do município de Birigui com a denominação alterada para Iacri, nome do ribeirão às margens do qual se desenvolveu o povoado e, também, de um chefe indígena local.

Em 30 de novembro de 1938, o distrito foi transferido para o município de Tupã, sendo elevado a município em 18 de fevereiro de 1959.

1.1.2. Área

323 km²

1.1.3. Vocação Econômica

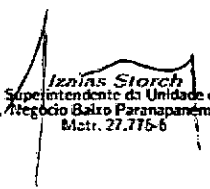
A principal atividade é agropecuária, onde convivem as pequenas propriedades rurais, com mão-de-obra familiar.

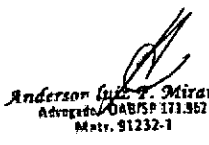
1.1.4. População (Censo Demográfico IBGE 2000)

TOTAL	URBANA	RURAL
6.783	4.795	1.988


Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

3


Izziias Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Baixo Paranapanema
Matr. 27.775-6


Anderson Luiz T. Miranda
Advogado OAB/SP 171.952
Matr. 91232-1

1.2. Localização (Região Administrativa, Região de Governo, Bacia Hidrográfica, acessos);

1.2.1. Região Administrativa

11ª. RA de Marília

1.2.2. Região de Governo

Tupã

1.2.3. Bacia Hidrográfica

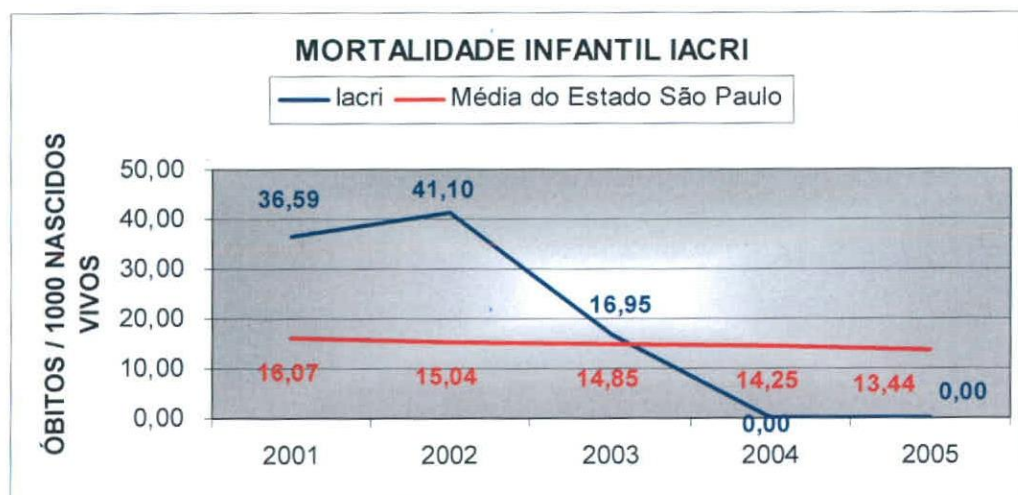
UGRHI-20 Aguapeí

1.2.4. Principal acesso

SP 548

1.3. Indicadores de Saúde

Para o presente plano foi adotado o índice de mortalidade infantil como indicador para as condições de vida vinculadas aos serviços de abastecimento de água e de esgotos sanitários. O gráfico a seguir mostra a evolução desse índice nos últimos 5 anos, obtido da Fundação Seade.



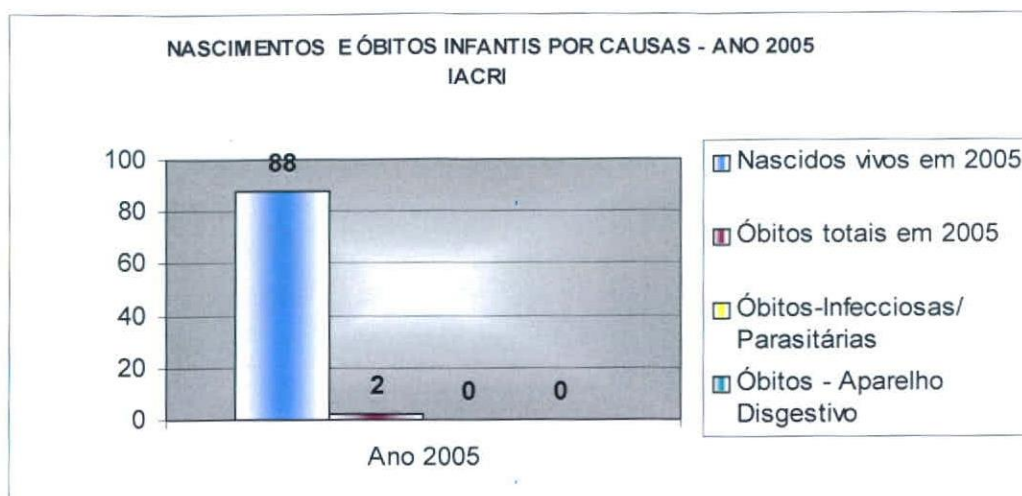
Outro aspecto analisado foi a verificação do número de óbitos por causas mortis, onde foi admitido como premissa que mortes por infecções e por doenças do aparelho digestivo podem estar relacionadas por deficiências dos serviços de saneamento (água e esgoto).

O resultado mostra que não houve registro de óbitos com "causa mortis" decorrentes da premissa adotada.

Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

Leizias Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Bixo Paranapanema
Matr. 27.775-6

Anderson Luiz P. Miranda
Advogado OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1



Para os próximos Planos Municipal de Saneamento a Secretaria de Saúde poderá criar outros indicadores em função do monitoramento das ocorrências de saúde no município.

1.4. Qualidade da Água Distribuída para a População;

A Qualidade da Água Distribuída para População deve atender a legislação específica estabelecida pela União e pelo Estado de São Paulo referente à qualidade da água que trata e distribui à população, citadas a seguir:

- Portaria Federal 518, de 25 de março de 2004 do Ministério da Saúde;
- Decreto Federal 5440 de 04 de maio de 2005; e
- Resolução SS65, de 12 de abril de 2005, da Secretaria de Estado da Saúde, do Estado de São Paulo.

Em atendimento a Legislação Federal, decreto 5440, anualmente a SABESP elabora e distribui, à população, relatório sobre a qualidade de água e mensalmente informa na conta da água dos clientes, dados referentes à qualidade da água.

Os Relatórios, preconizados na Resolução SS 65 são enviados pela SABESP a Vigilância Sanitária Municipal, proporcionando as autoridades municipais o acompanhamento da qualidade do produto disponibilizado.

A SABESP controla a qualidade da água em todo sistema de abastecimento, desde os mananciais até o cavalete do imóvel dos clientes, coletando amostras e realizando análises diariamente, conforme preconizado na legislação vigente. Para isso, possui laboratórios de controle sanitários, certificados pela ISO 9001 e ou acreditados pela ISO 17025.

O presente Plano Municipal de Saneamento propõe a manutenção do controle da qualidade da água distribuída atual, que deve ser atualizado ao longo do tempo com eventuais alterações nas legislações.


Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

5


Izabel Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Baixo Paranaíba
Matr. 27.776-6


Anderson Luis P. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

1.5. Projeção Demográfica;

Para a projeção demográfica foram adotados os indicadores da fundação SEADE, que consta do estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da Sabesp, em anexo.

Município: IACRI

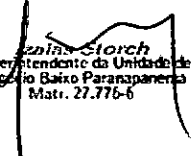
Ano	População Urbana	Domicílios Urbanos	Taxa de Cresc. Populacional	Taxa de Cresc. Domicílios
2007	5.168	1.780		
2008	5.218	1.826	0,97%	2,58%
2009	5.269	1.873	0,98%	2,57%
2010	5.317	1.921	0,91%	2,56%
2011	5.364	1.964	0,88%	2,24%
2012	5.410	2.007	0,86%	2,19%
2013	5.456	2.051	0,85%	2,19%
2014	5.501	2.096	0,82%	2,19%
2015	5.545	2.142	0,80%	2,19%
2016	5.587	2.183	0,76%	1,91%
2017	5.628	2.225	0,73%	1,92%
2018	5.669	2.268	0,73%	1,93%
2019	5.709	2.312	0,71%	1,94%
2020	5.750	2.356	0,72%	1,90%
2021	5.781	2.392	0,54%	1,53%
2022	5.812	2.428	0,54%	1,51%
2023	5.843	2.465	0,53%	1,52%
2024	5.874	2.502	0,53%	1,50%
2025	5.905	2.541	0,53%	1,56%
2026	5.936	2.581	0,53%	1,56%
2027	5.967	2.621	0,53%	1,56%
2028	5.999	2.662	0,53%	1,56%
2029	6.031	2.703	0,53%	1,56%
2030	6.062	2.745	0,53%	1,56%
2031	6.094	2.788	0,53%	1,56%
2032	6.127	2.832	0,53%	1,56%
2033	6.159	2.876	0,53%	1,56%
2034	6.191	2.921	0,53%	1,56%
2035	6.224	2.966	0,53%	1,56%
2036	6.257	3.012	0,53%	1,56%
2037	6.290	3.059	0,53%	1,56%
2038	6.323	3.107	0,53%	1,56%

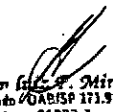
Fontes: Fundação SEADE - 2000 a 2025

Projeção Sabesp - 2026 a 2037


Carlos Alberto Freire
 Prefeito Municipal

6


Marina Storch
 Superintendente da Unidade de
 Regulação do Baixo Paranaíba
 Matr. 27.776-6


Anderson Luiz F. Miranda
 Advogado OAB/SP 171.962
 Matr. 91232-1

2. Objetivos e Metas para Universalização dos Serviços;

2.1. Abastecimento de Água;

O Município tem 100% de cobertura em abastecimento de água, e a meta será manter esse índice acompanhando o crescimento da comunidade.

2.2. Sistema de Esgotos Sanitários;

O Município tem 97,2% de coleta de esgotos, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado. A meta será mantermos esse percentual, pois estando acima de 96% consideramos a universalização de atendimento, tendo em vista que aproximadamente 2,8% das ligações não contribuem com o esgotamento.

3. Programa Projetos e Ações Propostas;

3.1. Abastecimento de Água;

Atualmente o município tem 100% de cobertura de água, cujo índice será mantido em função do crescimento vegetativo.

Para a manutenção do índice de cobertura, está prevista a perfuração e montagem de poço profundo, adutora de água bruta, construção de reservatório apoiado, estação elevatória de água tratada, crescimento vegetativo de ligações, expansão de rede, remanejamento de rede e troca de hidrômetros.

Croqui – Item 7 – Anexo 3.

3.2. Sistema de Esgotos Sanitários;

Atualmente o índice de coleta é de 97,2%, sendo que 100% de todo esgoto coletado é tratado.

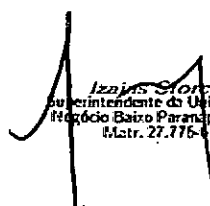
A previsão, conforme estudo de viabilidade econômica realizado pela Sabesp, será manter o índice de coleta em 97,2% até o fim do contrato.

Para manutenção do índice de cobertura do sistema, está prevista ampliação da ETE, crescimento vegetativo de ligações, expansão de rede, remanejamento de rede.

Croquis – Item 7 – Anexo 4.


Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

7


Izziias Storch
Superintendente da Unidade de
Região Baixo Paranaíba
Matr. 27.776-6


Anderson Luiz E. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.961
Matr. 91232-1

3.3 Detalhamento dos Investimentos

UNIDADE DE NEGÓCIO BAIXO PARANAPANEMA - RB
DEPARTAMENTO DE CONTROLADORIA E PLANEJAMENTO INTEGRADO - RBC

DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS DE ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS

Município: **IACRI**

Período: **2008 A 2038**

ANO	AGUA	VALOR
2010	Implantação de reservatório apoiado de 200 m ³	108.000
2010	Implantação de EEAT	35.000
2015	Perfuração de poço profundo PPS 7, equipamentos, montagem eletromecânica e urbanização	180.000
2015	Adutora de água bruta (AAB) do PPS 7 com 1.000 mts.	150.000
TOTAL		473.000

ANO	ESGOTO	VALOR
2014	Projeto ampliação ETE existente	30.000
2015	Licenciamento da ETE	3.000
2015	Regularização imobiliária	30.000
2016	Obras de ampliação ETE existente de 4,53 l/s para 8,38 l/s.	675.000
TOTAL		738.000

ANO	BENS DE USO GERAL	VALOR
2010-2015-2020	Equipamentos de informática	17.100
2025-2030-2035		
2009-2010	Móveis e Utensílios	8.650
2009 a 2037	Equipamentos de Manutenção	60.000
2014-2015	Automação de sistemas	66.000
2010-2013-2020	Aquisição e renovação da frota	261.000
2023-2030-2033		
TOTAL		412.750

ANO	CRESCIMENTO VEGETATIVO E REMANEJAMENTOS	QDE	VALOR
2008 a 2038	Ligações novas de água - Unidade	1.293	288.342
	Ligações novas de esgoto - Unidade	1.256	407.047
	Expansão da rede de água - Metros	3.879	263.775
	Expansão da rede de esgoto - Metros	6.282	841.732
	Remanejamento de ligações de água - Unidade	739	164.819
	Remanejamento de redes de água - Metros	4.202	285.728
	Remanejamento de redes de esgoto - Metros	2.268	303.936
	Troca de Hidrômetros - Unidade	5.912	295.609
TOTAL			2.850.987

TOTAL GERAL			4.474.737
--------------------	--	--	------------------

4. Investimentos;

Os investimentos previstos nos estudos de viabilidade econômico-financeira elaborado pela Sabesp, contidos no item 3.3, visam a universalização dos serviços de água e esgoto, atendimento das exigências dos padrões de qualidade da água e atendimento dos padrões legais dos lançamentos de efluentes de esgotos.



CIA. DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SABESP

Município:	IACRÍ												Valores em R\$ de 01/01/2007		
ANO	ÁGUA					TOTAL	ESGOTO					Total Esgoto	Outros Investimentos A+E	TOTAL GERAL	
	Outros	Captação	A.A. Bruta	Reservação	(1) Redes	(2) Ligações	Água	Outros	(1) Ligações	(2) Rede	Tratamento				
2008					1.394	1.796	3.190		1.218	3.183		4.401	-	7.591	
2009					17.095	22.065	39.160		14.937	39.001		53.936	2.000	95.098	
2010	35.000			108.000	17.462	22.586	183.048		15.265	39.813		55.068	9.450	247.566	
2011					16.597	21.762	38.359		13.668	36.684		50.350	86.050	174.760	
2012					18.745	22.032	38.777		13.666	36.626		50.491	2.000	91.269	
2013					17.099	22.528	39.626		13.984	37.624		51.608	2.000	93.234	
2014					17.456	23.030	40.485	30.000	14.302	38.426		82.727	9.000	132.213	
2015		180.000	150.000		17.816	23.538	371.354	33.000	14.619	39.231		86.850	35.000	483.204	
2016					18.844	22.702	39.546		13.030	36.096	675.000	724.126	37.850	901.622	
2017					17.261	23.185	40.475		13.348	36.888		50.236	2.000	92.711	
2018					17.041	23.674	41.315		13.688	37.683		51.349	2.000	84.684	
2019					17.994	24.169	42.194		13.964	38.482		52.465	2.000	96.629	
2020					18.145	24.446	42.592		13.984	38.626		52.610	2.000	97.202	
2021					18.648	22.922	39.571		11.441	33.513		44.955	84.850	189.375	
2022					16.772	23.148	39.921		11.441	33.632		45.073	2.000	86.693	
2023					17.102	23.600	40.702		11.758	34.407		46.166	2.000	88.868	
2024					17.228	23.832	41.061		11.758	34.529		46.288	9.000	96.349	
2025					17.768	24.515	42.283		12.395	35.965		48.359	2.000	92.643	
2026					18.027	24.898	42.924		12.588	36.482		49.080	4.850	96.855	
2027					18.290	25.286	43.576		12.784	37.028		49.612	2.000	95.388	
2028					18.557	25.680	44.237		12.983	37.572		50.556	2.000	96.793	
2029					18.829	26.080	44.909		13.180	38.125		51.311	2.000	98.220	
2030					19.104	26.487	45.591		13.391	38.687		52.078	2.000	99.669	
2031					19.384	26.899	46.284		13.600	39.257		52.857	84.850	183.990	
2032					19.668	27.319	46.987		13.812	39.838		53.648	2.000	102.635	
2033					19.957	27.745	47.702		14.027	40.424		54.451	2.000	104.153	
2034					20.250	28.177	48.427		14.246	41.021		55.267	9.000	112.694	
2035					20.548	28.616	49.164		14.468	41.627		56.095	2.000	107.280	
2036					20.850	29.062	49.913		14.693	42.243		56.937	4.850	111.699	
2037					21.158	29.515	50.673		14.923	42.869		57.791	2.000	110.464	
2038					19.680	27.477	47.158		13.892	39.879		53.771	2.000	102.829	
VPL							584.373					722.089	141.928	1.458.390	

Célula para entrada de dados

total de investimento não descontado: 4.474.737

Obs: (1) Rede = Remanejamento de Ligação + Remanejamento de Rede + Substituição de Hidrômetro + Ampliação de Rede
(2) Ligações = Ligações Novas Água
(3) Ligações = Ligações Novas de Esgoto
(4) Rede = Remanejamento de Rede Coletora + Ampliação da Rede Coletora

5. Fontes de Financiamento;

O PMS foi desenvolvido admitindo que para executar os investimentos, a Política Nacional de Saneamento, criara um cardápio de alternativas para equacionamento dos recursos necessários para atender as metas propostas.

As principais fontes de recursos identificadas, conforme cenário setorial atual, para que possam ser executadas as ações previstas no plano foram:

- Geração de recursos tarifários (receitas menos despesas) para:
 - Investimentos diretos;
 - Contrapartidas de financiamentos;

Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

- Reposição do parque produtivo;
 - Garantias financeiras de financiamentos.
-
- Cobrança pelo Uso da Água;
 - Orçamentários (União, Estado e Município);
 - FGTS e FAT;
 - Recursos privados;
 - Expansão Urbana (loteadores, conjuntos habitacionais e loteamentos sociais).

As fontes de recursos identificadas poderão se transformar em investimentos frente ao previsto no PMS das seguintes formas:

- Programas com recursos próprios (tarifa);
- Repasse a fundo perdido ou financiamento pelo comitê de bacia dos recursos estaduais do FEHIDRO;
- Repasse a fundo perdido ou financiamento pelo comitê de bacia (Estadual ou Federal) de recursos oriundos da cobrança pelo uso da água;
- Financiamentos nacionais, BNDES e CEF (FAT e FGTS);
- Financiamentos Internacionais (BID, BIRD, JBIC, etc)
- Privados (PPPs, Concessões, BOTs e compensações ambientais e de outorga pelo uso da água)
- Empreendimentos Imobiliários;
- Orçamento Fiscal (União, Estado e Município)
- Doações e repasses de Fundos de Cooperação (ONGs e Universidades)

6. Conclusão

O presente plano fixa metas que visam a universalização dos serviços de água e esgoto, atendimento das exigências dos padrões de qualidade da água e atendimento dos padrões legais dos lançamentos de efluentes de esgotos.

Entretanto estão previstas revisões de quatro em quatro anos, em comum acordo entre a Sabesp e o poder Concedente, visando adequar às situações não previstas e a adoção de novas tecnologias e legislações que futuramente venham a surgir.


Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

10


Izaias Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Bixo Paranapanema
Matr. 27.776-6


Anderson Luiz F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

7. Anexos

7.1 Anexo I

PLANO DE CONTINGÊNCIA

As atividades acima descritas são essenciais para propiciar a operação permanente dos sistemas de água e esgotos da cidade. De caráter preventivo, em sua maioria, buscam conferir grau adequado de segurança aos processos e instalações operacionais evitando descon continuidades.

Como em qualquer atividade, no entanto, sempre existe a possibilidade de ocorrência de situações imprevistas. As obras e os serviços de engenharia em geral, e os de saneamento em particular, são planejados respeitando-se determinados níveis de segurança resultados de experiências anteriores e expressos na legislação ou em normas técnicas.

Quanto maior o potencial de causar danos aos seres humanos e ao meio ambiente maiores são os níveis de segurança estipulados. Casos limites são, por exemplo, os de usinas atômicas, grandes usinas hidrelétricas, entre outros.

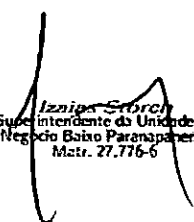
O estabelecimento de níveis de segurança e, conseqüentemente, de riscos aceitáveis é essencial para a viabilidade econômica dos serviços, pois quanto maiores os níveis de segurança maiores são os custos de implantação e operação.

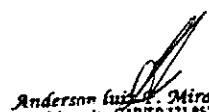
A adoção sistemática de altíssimos níveis de segurança para todo e qualquer tipo de obra ou serviço acarretaria um enorme esforço da sociedade para a implantação e operação da infra-estrutura necessária à sua sobrevivência e conforto, atrasando seus benefícios. E o atraso desses benefícios, por outro lado, também significa prejuízos à sociedade. Trata-se, portanto, de encontrar um ponto de equilíbrio entre níveis de segurança e custos aceitáveis.

No caso dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário foram identificados nos Quadros 1 e 2 a seguir os principais tipos de ocorrências, as possíveis origens e as ações a serem desencadeadas. Conforme acima relatado, a SABESP disponibiliza seja na própria cidade ou através do apoio de suas diversas unidades no Estado os instrumentos necessários para o atendimento dessas situações de contingência. Para novos tipos de ocorrências que porventura venham a surgir a SABESP promoverá a elaboração de novos planos de atuação.


Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

11


Izabela Sobrinho
Superintendente da Unidade de
Negócio Baixo Paranaíba
Matr. 27.776-6

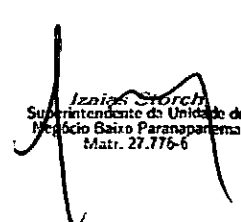

Anderson Luiz F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.992
Matr. 91232-1

Quadro 1 - Sistema de abastecimento de água

Ocorrência	Origem	Plano de Contingências
1. Falta d'água generalizada	▪ Inundação das captações de água com danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas ▪ Deslizamento de encostas / movimentação do solo / solapamento de apoios de estruturas com arrebentamento da adução de água bruta ▪ Interrupção prolongada no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água ▪ Vazamento de cloro nas instalações de tratamento de água ▪ Qualidade inadequada da água dos mananciais ▪ Ações de vandalismo	▪ Verificação e adequação de plano de ação às características da ocorrência ▪ Comunicação à população / instituições / autoridades / Defesa Civil ▪ Comunicação à Polícia ▪ Deslocamento de frota grande de caminhões tanque ▪ Controle da água disponível em reservatórios ▪ Reparo das instalações danificadas ▪ Implementação do PAE Cloro ▪ Implementação de rodízio de abastecimento
2. Falta d'água parcial ou localizada	▪ Deficiências de água nos mananciais em períodos de estiagem ▪ Interrupção temporária no fornecimento de energia elétrica nas instalações de produção de água ▪ Interrupção no fornecimento de energia elétrica em setores de distribuição ▪ Danificação de equipamentos de estações elevatórias de água tratada ▪ Danificação de estruturas de reservatórios e elevatórias de água tratada ▪ Rompimento de redes e linhas adutoras de água tratada ▪ Ações de vandalismo	▪ Verificação e adequação de plano de ação às características da ocorrência ▪ Comunicação à população / instituições / autoridades ▪ Comunicação à Polícia ▪ Deslocamento de frota de caminhões tanque ▪ Reparo das instalações danificadas ▪ Transferência de água entre setores de abastecimento


Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

12


Izniel Storch
Superintendente da Unidade de
Núcleo Baixo Paranaíba
Matr. 27.776-6


Anderson Luiz P. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.952
Matr. 91232-1

Quadro 2 - Sistema de Esgotos Sanitários

Ocorrência	Origem	Plano de Contingências
1. Paralisação da estação de tratamento de esgotos	- Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de tratamento - Danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas - Ações de vandalismo	- Comunicação à concessionária de energia elétrica - Comunicação aos órgãos de controle ambiental - Comunicação à Polícia - Instalação de equipamentos reserva - Reparo das instalações danificadas
2. Extravasamentos de esgotos em estações elevatórias	- Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas instalações de bombeamento - Danificação de equipamentos eletromecânicos / estruturas - Ações de vandalismo	- Comunicação à concessionária de energia elétrica - Comunicação aos órgãos de controle ambiental - Comunicação à Polícia - Instalação de equipamentos reserva - Reparo das instalações danificadas
3. Rompimento de linhas de recalque, coletores tronco, interceptores e emissários	- Desmoronamentos de taludes / paredes de canais - Erosões de fundos de vale - Rompimento de travessias	- Comunicação aos órgãos de controle ambiental - Reparo das instalações danificadas
4. Ocorrência de retorno de esgotos em imóveis	- Lançamento indevido de águas pluviais em redes coletoras de esgoto - Obstruções em coletores de esgoto	- Comunicação à vigilância sanitária - Execução dos trabalhos de limpeza - Reparo das instalações danificadas

7.2 Anexo 2

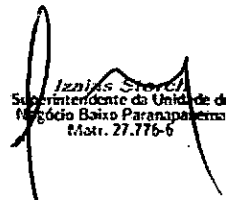
MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO

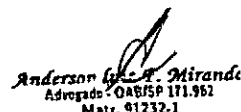
O operador dos serviços de saneamento deverá elaborar relatórios gerenciais contendo:

- A evolução dos atendimentos em abastecimento de água, coleta de esgotos e tratamento de esgotos, comparando o indicador com as metas do plano;
- Plantas ou mapas indicando as áreas atendidas pelos serviços;
- Avaliação da qualidade da água distribuída para a população, em conformidade com a Portaria 518 do Ministério da Saúde;
- Informações de evolução das instalações existentes no município, como por exemplos, quantidade de rede de água e de esgotos, quantidade de ligações de água e esgotos, quantidade poços,


Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

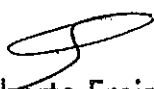
13


Iznijs Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Baixo Paranaíba
Matr. 27.776-6


Anderson Luiz A. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.962
Matr. 91232-1

estações de tratamento de água, reservatórios e suas capacidade, estações de tratamento, estações elevatórias de esgotos, etc;

- Balanço patrimonial dos ativos afetados na prestação dos serviços;
- Informações operacionais indicando as ações realizadas no município, como por exemplos, quantidade de análises de laboratório realizadas, remanejamentos realizados nas redes e ligações de água e esgotos, troca de hidrômetros, cortes da água, consertos de vazamento, desobstrução de rede e ramais de esgotos, reposição asfáltica, etc.
- Dados relativos ao atendimento ao cliente, identificando o tipo de solicitação, separando a forma de atendimento (Call Center, Balcão de atendimento e outros);
- Informações contendo Receitas, Despesas e Investimentos realizados por ano.


Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

14

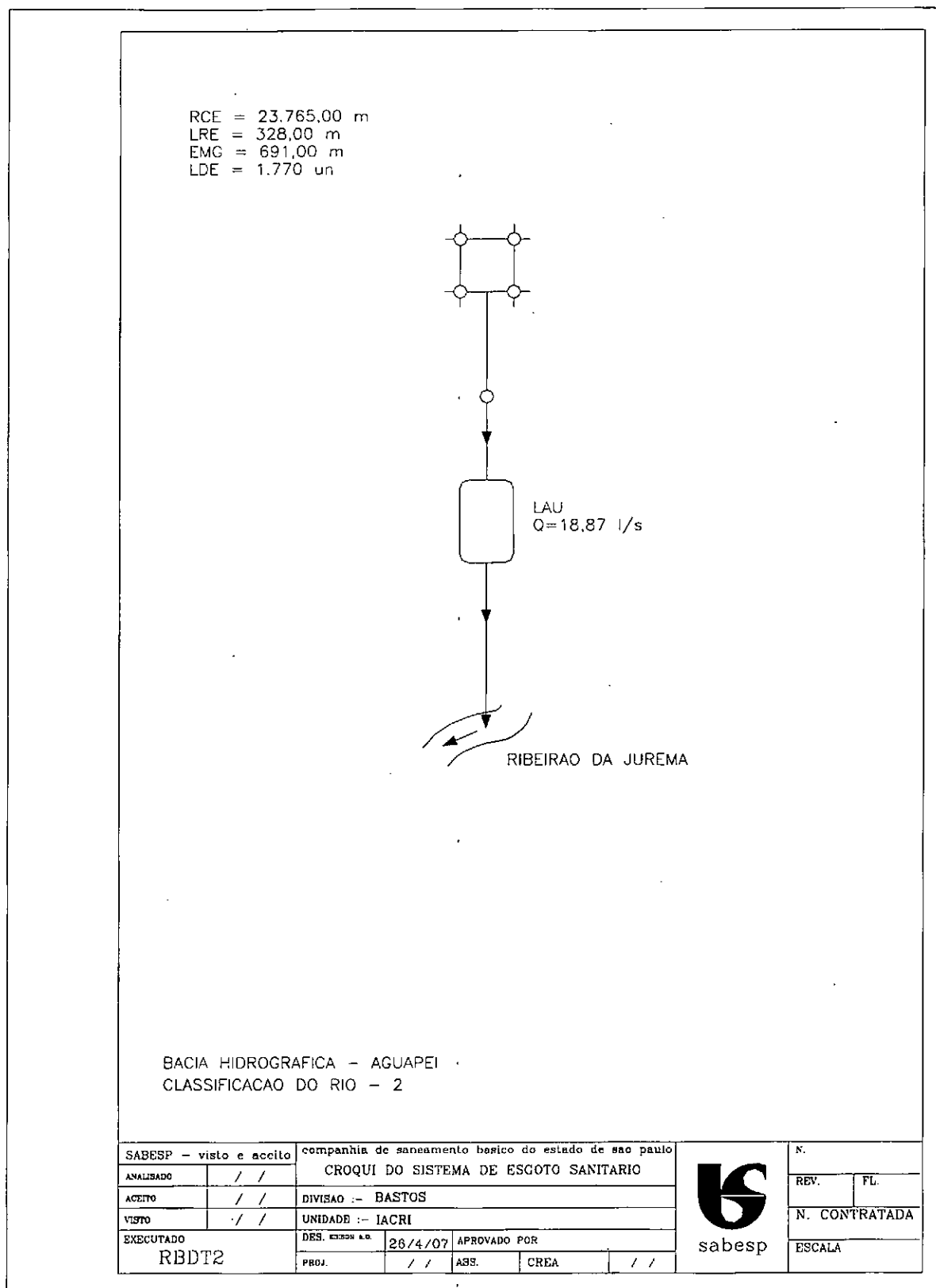

Izaias Storch
Superintendente da Unidade de
Negócio Baixo Paranaíba
Matr. 27.776-6


Anderson Luiz F. Miranda
Advogado OAB/SP 171.952
Matr. 91232-1

Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

7.4 Anexo 4

Croqui de localização das unidades dos sistemas de esgotos sanitários.



Carlos Alberto Freire
Prefeito Municipal

16

Izaias Stronach
Superintendente da Unidade de
Negócio Baixo Potencial
Matr. 27.776-6

Anderson Luis F. Miranda
Advogado - OAB/SP 171.952
Matr. 91232-1